

CAOP da Criança e do Adolescente

Revistas Igualdade

___ Revista Igualdade XXIII

___ Estudos

___ ANTONIO JURANDIR PINOTI. Medidas sócio-educativas e garantias constitucionais

___ 5. PRINCÍPIOS DA BREVIDADE, EXCEPCIONALIDADE E RESPEITO À CONDIÇÃO PARTICULAR DE PESSOA EM DESENVOLVIMENTO

5. PRINCÍPIOS DA BREVIDADE, EXCEPCIONALIDADE E RESPEITO À CONDIÇÃO PARTICULAR DE PESSOA EM DESENVOLVIMENTO

No que concerne a qualquer medida privativa de liberdade, notadamente a internação, a CF, em seu art. 227, § 3º, V, repetido pelo art. 121, do ECA, consagra como garantia obediência aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição particular de pessoa em desenvolvimento.

Em respeito ao princípio da brevidade, a internação deve ser mantida pelo menor tempo possível, observando-se o prazo máximo de três anos, reavaliando-se no máximo a cada seis meses a pertinência da manutenção da medida ou a substituição desta por outra que se mostrar mais apropriada.

A excepcionalidade prende-se ao fato de que, havendo outras medidas, a internação será destinada para atos infracionais praticados mediante violência à pessoa, reiteração na prática de outras infrações graves e descumprimento injustificável e reiterado de medida anteriormente imposta, desde que a liberdade do adolescente constitua notória ameaça à ordem pública, demonstrada a necessidade imperiosa da segregação, visto que o art. 122, § 2º, do ECA estipula que em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

O respeito deve sempre existir para com a pessoa do infrator, pois a autoridade e seus agentes não podem de forma alguma praticar abusos. O descumprimento dessa garantia pode até configurar crime de abuso de autoridade, quando a pessoa internada for submetida a tratamento vexatório.

Os três instrumentos internacionais que cuidam do tema da privação da liberdade dos jovens (Convenção Internacional, Regras de Beijing e Regras Mínimas das Nações Unidas para os Jovens Privados da Liberdade) são absolutamente claros em caracterizar a medida de privação de liberdade como sendo de: a) última instância; b) caráter excepcional; e c) mínima duração possível. Os instrumentos internacionais são tão categóricos que permitem afirmar que "invertem o ônus da prova", querendo com isso dizer que praticamente obrigam o sistema judicial a demonstrar que todas as alternativas existentes à internação já foram tentadas ou, pelo menos, descartadas de forma racional.

Deve ser dito, porém, que o entendimento jurisprudencial não é harmônico nesse sentido. Lamenta-se que nossos tribunais às vezes decidem pela internação do menor, dando excessiva importância à gravidade do ato infracional - principalmente quando se trata de infrações contra o patrimônio

-, em detrimento do princípio da excepcionalidade.

Não devemos nos esquecer que a predominância de roubos e furtos sobre outros tipos de atos infracionais apenas revela o estado de miserabilidade em que se encontra nosso País.

Desse modo, a simples segregação de um infrator não irá ressocializá-lo, posto que ao ser libertado voltará a viver no mesmo meio deletério em que sempre viveu, com a agravante de ter frequentado uma verdadeira "escola de crimes". A lei, portanto, é sábia quando tenta evitar a todo custo a prisão de um adolescente.

© Atualização 3/2/2009 - **Damtom G P Silva** (dansilva@pr.gov.br)